

# “A realidade de há três anos e a de hoje são diferentes”

Miguel de Castro Neto é a *Personalidade Smart Cities 2017*. Perante os desafios que se avizinham, o sub-director da NOVA IMS afirma: “as cidades vão ser efectivamente o campo de batalha onde vencemos ou perdemos o combate.”

FILIPA CARDOSO

**Foi secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza. Essa experiência influenciou a sua forma de olhar as cidades?**

Teve um grande impacto. Enquanto professor, tenho o vício de olhar para os temas e tentar perceber, qualquer que seja o assunto, como é que a gestão da informação pode suportar melhor a tomada de decisão. Este meu ambiente do quotidiano leva-me a encarar os problemas numa base muito pragmática e factual. Gostar de ver que, quando temos de tomar uma decisão, temos ao nosso dispor a melhor informação disponível, e a informação não são os dados. Os dados são uma massa sem forma, sem significado, e a informação são aqueles dados que, se forem fornecidos no formato adequado, no momento oportuno e actualizados, conseguem suportar essa tomada de decisão. Quando fui convidado para ser secretário de Estado do Ordenamento do Território (OT) e da Conservação da Natureza – e esses eram temas que me eram muito caros porque a minha formação de base vem do sector primário e da economia dos recursos naturais –, tentei juntar as duas coisas. Onde consegui fazê-lo da forma que considero bem conseguida foi na medida em que tinha a tutela da política de cidades e estávamos a fazer uma reforma do OT. No âmbito das cidades, trabalhamos muito os temas da sustentabilidade e do desenvolvimento urbano e as questões das cidades inteligentes e da analítica urbana vieram ao de cima. Houve a oportunidade de fazer não apenas uma estratégia Cidades Sustentáveis 2020, que foi aprovada em Conselho de Ministros e está hoje em vigor, mas também algum trabalho nesta área mais analítica e das cidades inteligentes, nomeadamente, um *roadshow* que se fez por Portugal com o apoio das Comissões de Coordenação e Desenvolvi-

mento Regional (CCDR), só tendo como tema a analítica urbana.

**E, na altura, isso foi uma novidade. Qual foi a reacção?**

Sim, até o próprio termo “analítica urbana” foi bastante discutido. Não foi um termo aceite muito facilmente, porque era um olhar diferente para as cidades. O conceito de cidade inteligente prossegue muitos objectivos, desde o desenvolvimento económico sustentável, à resolução dos problemas ambientais, a inclusão social, o combate à exclusão e aos fenómenos de pobreza que vão acontecendo nas cidades, etc., e esses são problemas que tentamos resolver quando pensamos em criar uma cidade inteligente. Mas, em última análise, a inteligência urbana tenta criar esse espaço onde as pessoas têm qualidade de vida e bem-estar – hoje há até quem fale em cidades felizes – e onde a inteligência está nas pessoas. E como é que as pessoas são inteligentes, quer quem governa, quer quem vive nas cidades? Conseguindo tomar decisões, gerir o seu quotidiano da melhor forma possível e isso só pode acontecer, do meu ponto de vista, se tirarmos partido das tecnologias de informação e comunicação para conhecer melhor as cidades. Faço uma analogia entre o sistema nervoso e o que temos hoje nas cidades, quer por máquinas, com a IoT, quer pelas pessoas, que, de forma activa ou passiva, recolhem dados, e como os combinamos para resolver os problemas. Como é que as cidades são mais inteligentes, como usam melhor os seus recursos, como proporcionam melhores serviços ao cidadão, como são mais sustentáveis ambientalmente e como combatem as alterações climáticas...

**São esses os principais desafios que as cidades portuguesas enfrentam?**

Temos actualmente dois grandes desa-

lhos – gerir as infra-estruturas e os serviços que são prestados aos cidadãos e empresas numa lógica de crescente urbanização, e o combate às alterações climáticas, já que, de acordo com a informação que temos, as cidades vão ser efectivamente o campo de batalha onde vencemos ou perdemos o combate. O que pode ser interessante ver é como Portugal, tendo cidades e vilas de pequena e média dimensão, pode tirar partido do seu capital intelectual, dos seus recursos humanos, para testar e desenvolver novos produtos e serviços que, à escala das nossas cidades e vilas, podem ser implementados não como pilotos, mas como provas de conceito. Como podem ser verdadeiros laboratórios vivos e como conseguimos colocar Portugal na liderança da construção global da inteligência urbana.

**Como evoluíram as cidades portuguesas nestes últimos três anos?**

Um longo caminho já foi percorrido e não há nada como os exemplos. A realidade de há três anos e a de hoje são diferentes. Primeiro exemplo: há três anos, assistíamos a muitas situações em que uma mudança de tecnologia era vista como um sinal de inteligência urbana. Veja-se o caso da iluminação pública, vimos inúmeras situações em que cidades apostavam na construção da *smart city*, dizendo “mudámos a iluminação para LED e poupámos 30% nos gastos de energia”.

**Isso não é ser inteligente?**

Obviamente que mudar para uma tecnologia mais eficiente é, de facto, um sinal de inteligência, tanto mais que assim se libertam recursos para outras actividades que podem ser muito mais interessantes. Digo que é um primeiro estádio de desenvolvimento porque, na realidade, uma iluminação pública inteligente tira partido da mais evoluída

tecnologia disponível – desde que faça sentido numa análise custo/benefício –, mas, no seu planeamento e gestão e pensando no tal sistema nervoso que são as cidades, a decisão deveria resultar do cruzamento dos múltiplos dados que se obtêm. É isso que vai criar um ambiente de inteligência urbana e aqui as questões da analítica urbana têm um papel crucial. Ou seja, como conseguimos transformar as cidades no sentido de se criar um ecossistema em que conseguimos ter todos estes dados orquestrados de forma a ser possível cruzá-los em tempo real e, depois, ter as capacidades analíticas de conseguir transformar estes dados em informação, porque nada disto é trivial. Neste contexto, gostaria de salientar o exemplo de Oeiras, com a sua iniciativa OeirasEu.pt, precisamente desenvolvida com esta ambição.

**Foi só aí que evoluímos?**

Um segundo sinal desta mudança tem a ver com a participação. Ao longo destes anos, assistimos, de facto, a uma mudança muito acelerada da forma como as cidades e vilas do nosso país têm vindo a desenvolver mecanismos que promovem a participação do cidadão – desde o Orçamento Participativo ao facto de inúmeros municípios terem hoje aplicações de registo de ocorrências, de partilha de ideias e de construção do futuro de uma forma participada, de tentar recolher o *input* do cidadão das mais diversas formas. Chegando ao ponto de se discutir se não estamos hoje a viver um ambiente em que a democracia representativa, que vai a eleições periodicamente, não pode de alguma forma já ter alguns aspectos em que temos processos de democracia directa. Ou seja, se as decisões do quotidiano, do planeamento, podem ser colocadas em discussão e ter a participação do cidadão nestes processos.

**E podem?**

Isto é uma hipótese teórica, porque o que a realidade tem demonstrado é que estes processos de participação directa do cidadão, usando tecnologias disponíveis, podem não ser representativos da população nestes territórios. Há uma discussão que tem de ser feita. Há ainda outra participação: como é que as empresas, empreendedores, start-ups podem também participar mais na construção destas cidades sustentáveis e na criação de novos negócios e produtos e serviços. Ambos os tipos de participação assentam num modelo de cidade em que se partilham os dados, em que aumentamos a transparência e em que os dados passam a estar disponíveis para o cidadão poder participar e apoiar a tomada de decisão ou para que o cidadão, as empresas ou a academia os usem para alavancar a criação de novos produtos e serviços. Hoje, já temos cidades em Portugal que têm vindo a prosseguir políticas de dados abertos, que lançam concursos de ideias de novos conceitos, novas aplicações, tudo isso pode efectivamente gerar valor acrescentado.

**Num país tão assimétrico como o nosso, isso está a acontecer também nas cidades mais pequenas ou do interior?**

É verdade, temos um país muito assimétrico, diversificado e, para mim, uma das grandes oportunidades da construção desta inteligência urbana é que a localização da cidade é irrelevante e vou até mais longe – em cidades mais pequenas, é muito mais exequível conseguirmos promover a mudança. Em grandes cidades como Lisboa ou Porto, conseguimos fazer pilotos de projectos, porque a dimensão da cidade é tão grande que exigiria um enorme investimento, uma articulação de vários interesses em jogo, uma mudança que implicava com inúmeros acto-



res. Se pensar numa cidade de pequena e média dimensão, consigo fazer esta transformação e, uma vez que, do meu ponto de vista, o factor crítico de sucesso para criar novas soluções de inteligência urbana é o capital humano, consigo fazer isso também. Uma cidade que tem vindo sempre a ter uma liderança neste processo é Águeda e não é uma grande cidade. Outro exemplo de um trabalho extraordinário, mais recente, mas muito bem estruturado é Viseu. Não é pequena, é uma cidade que não está no litoral, mas tem um comportamento contrário a todas as cidades do interior – aumenta a população, a taxa de natalidade, o emprego e tem uma estratégia efectiva de construção desta inteligência urbana.

périos, o séc. XX o das nações e o XXI é o das cidades. Se olharmos hoje para as cidades, vemos que, se bem governadas, conseguem gerir todas as dimensões da nossa vida. Objectivamente temos aqui um desafio e uma oportunidade e penso que todos contribuem para essa solução. O desafio também é o de construir este modelo de cidade inteligente, envolvendo todos os parceiros. Se todos estiverem a bordo, com equipas multidisciplinares e modelos de colaboração e de inovação aberta, conseguimos ir muito mais longe.

#### Como se dá agora o passo para a utilização da analítica?

Esse é o desafio de hoje. As câmaras municipais começam a ter ambientes

pação de promover um desenvolvimento sustentável do país, desafiei a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no contexto da Secção Cidades Inteligentes, a realizar um conjunto de workshops em diferentes cidades e assim nasceu o *Smart Cities Tour!* Um projecto que levou este tema a cidades tão diferentes, como Portimão, Évora, Mafra, Gaia e Viseu, uma experiência que tem permitido a partilha de boas práticas entre os diferentes concelhos.

#### A abertura de dados é fundamental neste cenário?

Isto só pode acontecer se houver abertura de dados. Sendo certo que a autarquia possui, ela própria, muitos dados, necessita de outros que são hoje geridos e detidos por outras entidades. Há todo um potencial de cruzamento de dados que pode vir a acontecer e que é muito favorável à criação deste ambiente analítico, como podemos hoje observar na cidade de Lisboa com a aposta na Lisboa Aberta.

#### Como é que esse processo vai alterar a forma de actuação das cidades?

Vamos ter duas alterações ao nível da tomada de decisão. Uma de operação, em que há o registo de uma ocorrência e, naquele momento, a decisão que é tomada para resolver o problema é feita de forma diferente, analisando toda esta informação. Depois, há o planeamento. À medida que vamos aumentando o nosso repositório de conhecimento, que vamos tendo mais dados sobre a cidade, vamos poder começar a planear de forma diferente. Com os metadados que são capturados no dia-a-dia, todas as entidades que gerem essas infra-estruturas sabem exactamente onde as pessoas andaram e é possível fazer mapas de

onde é que as pessoas efectivamente estão, como se deslocam, etc. Isso altera o planeamento da nossa cidade e pode ser cruzado com imensa outra informação – dos veículos, da agenda cultural ou ocupação da via pública, dos estabelecimentos comerciais...

#### Mas traz uma visão completamente diferente da cidade, certo?

Exactamente, e tem um desafio imenso, que é a diferença entre dados e informação. Não é por recolher estes dados todos que vou ficar mais inteligente, a única coisa que vou ficar é mais confuso.

#### Ou seja, não basta colocar os sensores.

Não e não basta recolher os dados todos e colocá-los num único ponto. Há que construir depois os mecanismos analíticos que permitem interpretar estes dados e transformá-los em algo útil. Importa também – e nunca esquecer disto – ter uma visão, uma componente política que sabe para onde quer ir. Isto é instrumental para conseguirmos prosseguir essa finalidade.

#### Estamos em ano de eleições. Acredita que possa haver grandes mudanças nesta trajectória que estamos a seguir?

Considero que, para o bem e para o

mal, os ciclos eleitorais favorecem as mudanças. No nosso país, constatamos que há, de facto, uma maior atenção das cidades e dos autarcas nesta construção da inteligência urbana também porque há eleições autárquicas. Como estes projectos podem eventualmente ter impacto significativo no quotidiano dos cidadãos e na forma como interagem com a autarquia e cidade, isso desperta o interesse político de ter projectos com *quick wins* que consigam colocar resultados no terreno e isso é bom para a inteligência urbana. Com conta peso e medida, é bom para todos. **sc**

*“Se todos estiverem a bordo, com equipas multidisciplinares e modelos de colaboração e de inovação aberta, conseguimos ir muito mais longe”.*

Numa cidade mais pequena, se houver uma liderança forte e com esta visão na autarquia, se conseguir reunir as empresas, a academia, as organizações não governamentais e a sociedade civil em parceria, é possível fazer isto. Veja-se também Bragança, que tem um número imenso de estudantes estrangeiros e é em Trás-os-Montes. O desafio é olhar para a nossa identidade, para o nosso património local e perceber como podemos tirar partido da tecnologia.

#### Quem está a ser a alavanca destas mudanças, são as empresas e a academia ou as próprias cidades?

Gosto muito de uma citação que refere que o séc. XIX foi o século dos im-

em que os dados começam a fluir para um determinado ponto e, à medida que isso acontece, podemos tomar decisões mais bem informadas e desenvolver modelos de analítica urbana que explicam fenómenos, detectam padrões. Esse é o trabalho que ainda está por fazer, mas, mais uma vez, estamos a falar de capital humano. Temos de ter cérebros, capacidades analíticas, para conseguir interpretar estes dados, descobrir as relações, os padrões, como é que os fenómenos se explicam, quais as relações causa-efeito, etc. Foi por isso que a NOVA IMS lançou a iniciativa NOVA Cidade, porque achamos que há aqui um desafio e uma oportunidade. No âmbito desta iniciativa e com a preocu-

